



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO  
MARANHÃO**

**PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
CURSO INTERDISCIPLINAR DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS –  
GEOGRAFIA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GRAJAÚ**

**GABRIELA GUAJAJARA LIMA**

A Lei 11.645/2008 no Contexto Escolar em Grajaú-MA: O Descompasso entre o Discurso Normativo e a Prática Pedagógica.

Grajaú-Ma

2026

**GABRIELA GUAJAJARA LIMA**

A Lei 11.645/2008 no Contexto Escolar em Grajaú-MA: O Descompasso entre o Discurso Normativo e a Prática Pedagógica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção de grau de licenciada.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Grajaú

2026

Guajajara Lima, Gabriela.

A Lei 11.645/2008 no Contexto Escolar em Grajaú-MA:  
O Descompasso entre o Discurso Normativo e a Prática  
Pedagógica / Gabriela Guajajara Lima. - 2026.

54 f.

Orientador(a): Mônica Ribeiro Morais de Almeida.  
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -  
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Grajaú, 2026.

1. Lei 11.645/2008. 2. Temática Indígena. 3.  
Educação. 4. Professores. I. Ribeiro Morais de  
Almeida, Mônica.

**GABRIELA GUAJAJARA LIMA**

**A Lei 11.645/2008 no Contexto Escolar em Grajaú-MA: O Descompasso entre o Discurso Normativo e a Prática Pedagógica.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Humanas/Geografia, da Universidade Federal do Maranhão

Aprovada em: 12 / 02 / 2026

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida (Orientador)  
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Caroliny Santos Lima (Examinador)  
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

---

Prof. Dr. Luís Félix Barros Vieira Rocha (Examinador)  
UFMA/Centro de Ciências de Grajaú

A Deus todo-poderoso, a minha mãe pelo apoio em todos os momentos e aos meus sobrinhos Ângela, Benjamim, Olivier, Alice e Rhavy.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por permitir concluir tal curso, por me fortalecer nos momentos que pensei em desistir. Por proteger, guardar e abençoar minha vida. A sua mão poderosa esteve sobre mim.

A minha mãe pelo seu amor e cuidado, agradeço por ser a pessoa mais maravilhosa do mundo, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional, incentivo e compreensão em todos os momentos dessa caminhada, por nunca ter me pressionado a nada, porque sabe que eu já faço isso comigo mesma e por ser minha força para continuar.

Ao meu padrasto por todo carinho (do seu jeito) e pela ajuda financeira, por ter me presenteado com o notebook que tornou possível a realização deste trabalho.

A minha orientadora Prof. Mônica, por me aceitar como sua orientanda e mesmo após um ano sem contato, acolheu novamente minha proposta e aceitou me orientar com a mesma generosidade e compromisso de sempre. Sou profundamente grata pela confiança depositada em mim e pelas orientações que contribuíram para a construção deste trabalho.

Aos professores do campus Grajaú, que ao longo do curso compartilharam conhecimentos, experiências e reflexões que ampliaram minha visão acadêmica e humana. Agradeço pela humildade, compreensão e empatia em todo esse período acadêmico.

A todos os colegas de turma que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta jornada, deixo meu mais sincero agradecimento.

*“Educar é reconhecer que nenhum povo existe sem história, e que todas as histórias merecem ser contadas”*

*- Autor desconhecido*

## **RESUMO**

Este estudo analisa a percepção de docentes da educação básica acerca da Lei 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e culturas indígenas. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental - Anos Finais, em Grajaú (MA), com foco nas disciplinas de História e Geografia. A metodologia envolveu a aplicação de questionários estruturados a professores e à coordenação pedagógica, além da análise de livros didáticos. Os resultados indicam que a temática indígena é pouco explorada na instituição, revelando o descumprimento parcial da lei. Embora a importância do tema seja reconhecida, a abordagem em sala de aula permanece pontual, restrita a datas comemorativas e dependente da iniciativa individual dos docentes. Conclui-se que a ausência de um projeto pedagógico consolidado e de formação continuada resulta em uma abordagem superficial e assistemática das questões indígenas.

Palavra-chave: Lei 11.645/2008. Temática Indígena. Educação. Professores.

## **ABSTRACT**

This study analyzes the perceptions of basic education teachers regarding Law No. 11.645/2008, which establishes the mandatory teaching of Indigenous history and cultures. The field research was conducted in a lower secondary school (Ensino Fundamental II) in the city of Grajaú, Maranhão, focusing on the subjects of History and Geography. The methodology involved the application of structured questionnaires to teachers and the pedagogical coordination team, as well as the analysis of textbooks. The results indicate that Indigenous themes are scarcely explored in the institution, revealing partial noncompliance with the law. Although the importance of the topic is acknowledged, classroom approaches remain sporadic, limited to commemorative dates and dependent on individual teachers' initiatives. It is concluded that the absence of a consolidated pedagogical project and of continuing teacher education leads to a superficial and unsystematic approach to Indigenous issues.

Keywords: Law 11.645/2008. Indigenous Issues. Education. Teachers.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 A LEI 11.645/2008 E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS .....</b>	<b>13</b>
2.1 A Lei 11.645/08 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) .....	15
<b>3 A LEI 11.645/2008 E O LIVRO DIDÁTICO .....</b>	<b>20</b>
<b>4 DA LEI AO COTIDIANO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES DE GEOGRAFIA/HISTÓRIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA ACERCA DA TEMÁTICA INDÍGENA .....</b>	<b>22</b>
4.1 questões objetivas: apresentação dos dados obtidos .....	27
4.2 síntese dos questionários aplicados aos professores .....	33
<b>5 O LIVRO DIDÁTICO: APRESENTAÇÃO E TRATAMENTO DA TEMÁTICA INDÍGENA.....</b>	<b>35</b>
5.1 LIVRO DE HISTÓRIA E A TEMÁTICA INDÍGENA .....	37
5.2 LIVRO DE GEOGRAFIA E A TEMÁTICA INDÍGENA .....	40
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>53</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O pensamento de que os povos indígenas fazem parte apenas do passado brasileiro ou que a região onde moram não tem diversas etnias vivendo no tempo presente ainda é muito disseminado na contemporaneidade. Muitos não conseguem compreender que esses diferentes povos lutaram e lutam, até hoje, para a garantia de sobrevivência da sua cultura. Universalizar os conhecimentos sobre os povos indígenas não significa apenas propiciar àqueles que não estão em sua aldeia os saberes tradicionais que nelas seriam acessíveis, mas também mostrar aos não indígenas a pluralidade étnica existente no Brasil e, ainda, propiciar uma educação que fuja dos padrões ocidentais de ensino, contribuindo para o fim das discriminações étnico-raciais no país e da ideia de homogeneização entre os povos indígena (Vieira, 2019), pois são 305 etnias existentes no Brasil (Silva, 2016). Por tudo isso, temos como dever repensar como essas discussões têm entrado nas instituições de ensino básico. Nesse sentido, refletir sobre a Lei nº 11.645/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena nas instituições de ensino público e privado, é pertinente para a formação crítica, reflexiva e emancipatória (Brasil, 2008).

O ambiente escolar exerce um papel fundamental na construção de valores, identidades e percepções sociais, sendo um espaço estratégico para o enfrentamento de estereótipos e preconceitos historicamente construídos sobre os povos indígenas. Contudo, a efetivação da Lei nº 11.645/2008 ainda enfrenta desafios significativos, como a insuficiência de formação docente, a escassez de materiais didáticos adequados. (Vieira, 2021).

Os materiais didáticos, muitas vezes, invalidam os povos indígenas como não sujeitos da História e da Construção do Brasil, em que geralmente a escrita é de cunho colonial, onde raramente a visão dos povos colonizados é relatada. Os povos originários diversas vezes ficam de fora quando se fala na constituição do povo brasileiro e suas contribuições são pouco mencionadas. Isso desencadeou preconceitos e discriminação dentro da própria sala de aula aos alunos indígenas que estudam na cidade. Foram povos marginalizados, subalternizados e inferiorizados na

sociedade brasileira, tais preconceitos refletem na sala de aula, lugar que deveria ser de aprendizagem e acolhimento. (Soratto, 2020).

A escolha da temática deste trabalho se deu por motivo pessoal. Gostaria de descrever um pouco como meus anos escolares fizeram com que eu me esquivasse e até negasse meu próprio sobrenome. Durante todo meu ensino fundamental e até mesmo o médio, me vi em situações em que os insultos, por parte de colegas de turma, se tornaram quase diários. Ouvir todos os dias que meu sobrenome é de um povo “sujo”, “miserável”, “preguiçoso”, “do mato” era como ter meu estômago aberto e cada comentário ser uma mão revirando-o. Certa vez, perguntaram-me qual o gosto de um sapo assado? Fizeram-me ter vergonha e medo das pessoas saberem que eu era Guajajara, imaginava que os outros também compartilhavam desses mesmos pensamentos. Quando não era isso, falavam que eu não poderia ser indígena porque meu cabelo não parecia de uma indígena, não é liso. Isso tudo provocou em mim revoltas que cheguei a odiar tal sobrenome, entretanto, eu tinha consciência de que aquelas falas não correspondiam à realidade, pois diziam respeito à minha família, ao meu avô, que sempre demonstrou orgulho de sua identidade indígena. Isso me revoltava, pois não queria que falassem assim do meu avô, mas eu não podia fazer nada, não conseguia fazer nada. Quando tais ofensas aconteciam, ali mesmo na sala de aula, eu me perguntava por que o professor não fazia nada, não intervinha, por que não corrigia aquelas falas ou explicava que tais afirmações estavam equivocadas. Pedia comigo mesmo para ele mandar aquele menino que não parava de falar, sair da sala, “ele não está errado? Diz que ele está errado, eles não são isso. Por que o professor não faz nada?”.

Quando entrei na graduação, descobri um mundo novo, no qual o povo indígena é visto de outra forma, as histórias sobre eles são totalmente diferentes daquelas que ouvi em sala de aula. Nesse contexto, conheci narrativas que apresentavam os povos originários como sujeitos históricos, destacando suas lutas, conquistas, resistências e a imensa diversidade de etnias existentes no Brasil. Compreendi que muitos direitos foram conquistados a partir de intensas mobilizações dos povos originários que conseguiram leis para assegurar seus direitos e a de combater preconceitos. Descobri que aquele professor poderia e deveria ter intercedido nas situações de preconceito vivenciadas, poderia e deveria ter explicado de forma que aquele aluno pudesse mudar sua visão, visto que a Lei nº 11.645, criada

em 10 de março de 2008, torna obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena nas instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Diante deste cenário passei a questionar: Como a temática indígena, de acordo com a Lei 11.645/2008, é abordada na cidade de Grajaú-Ma? A construção de uma história que levou a esses povos a exclusão, a ideia de que não merecem respeito e dignidade, justifica-se este trabalho em abordar tal temática. Dessa forma, pretendo, nesse trabalho, analisar a percepção dos professores sobre a implementação da lei nº 11.645/08 em Grajaú-Ma. A partir disso averiguar a forma que a lei 11.645/08 é aplicada em uma escola da educação básica, nível fundamental II na cidade de Grajaú-MA; examinar metodologias utilizadas pelos professores para a aplicação da lei 11.645/08; observar em quais momentos a temática é abordada; analisar como os livros didáticos abordam a temática indígena; investigar se há investimento na formação de professores para ministrar a temática.

Inicialmente foi realizado um aprofundamento e ampliação das leituras que teve por finalidade conhecer as diferentes concepções científicas acerca do objeto de estudo, com consultas a teses, dissertações, artigos científicos, por meio de bases e plataformas de pesquisa acadêmica, tais como o Google Acadêmico, a Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), entre outras fontes, contribuindo, dessa forma, para aproximação e aprofundamento teórico-conceitual do tema proposto. A metodologia é de cunho qualitativo, indutivo, visto que o procedimento de coleta de dados se deu inicialmente através de levantamento bibliográfico, seguido de pesquisa documental- Lei nº 11.645/2008.

Ademais, realizou-se a análise de conteúdo (Bardin, 2016) dos livros didáticos de História e Geografia utilizados pela escola pesquisada. Essa análise teve como objetivo identificar de que forma os povos indígenas são representados, quais conteúdos são abordados e se estes estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela referida lei. Para a análise, foram observados aspectos como a presença ou ausência da temática indígena, a abordagem histórica e cultural e a valorização de suas lutas, resistências e protagonismo contemporâneo.

Foram utilizados dois questionários nesta pesquisa com perguntas objetivas e dissertativa, o primeiro desenvolvido para professores de história e geografia – visto

que tais matérias são postas como principais disciplinas para a abordagem da temática — e o segundo para a coordenação pedagógica da escola. Para o questionário, será utilizado o modelo proposto por Paiva (2002), no qual será adaptado para a temática aqui apresentada, com questões em específico sobre os conteúdos voltados para o ensino da história e da cultura indígena buscando para esse fim uma amostragem significativa acerca da implementação da lei 11.645/2008.

O trabalho está organizado em seis capítulos. O capítulo 2 trata da Lei nº 11.645/2008 e seus fundamentos legais, relacionando-a à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O capítulo 3 aborda a Lei nº 11.645/2008 e o livro didático. O capítulo 4 analisa a aplicação da lei no cotidiano escolar a partir da percepção de docentes e da coordenação pedagógica, com base nos questionários. O capítulo 5 apresenta a análise do livro didático quanto ao tratamento da temática indígena nos livros de História e Geografia utilizados pelos alunos da escola pesquisada. Por fim, o capítulo 6 reúne as considerações finais.

Diante do exposto, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa mostraram-se adequados para alcançar os objetivos propostos. A pesquisa de caráter qualitativo, indutivo, visto que foi utilizado a revisão bibliográfica. Com a aplicação dos questionários voltados para os professores e a coordenação pedagógica possibilitou compreender como a Lei nº 11.645/2008 vem sendo trabalhada no contexto escolar. Além disso, a análise de conteúdo dos livros didáticos permitiu verificar de que forma a referida lei é apresentada nesses materiais. A análise das respostas e dos conteúdos dos livros permitiu identificar possíveis limites e desafios na abordagem da temática indígena, evidenciando a necessidade de uma implementação mais efetiva e contínua da legislação. Dessa forma, os resultados obtidos servem de base para as análises e discussões apresentadas a seguir.

## **2 A LEI 11.645/2008 E SEUS FUNDAMENTOS LEGAIS**

A Lei 10.639/03, posteriormente modificada pela Lei 11.645/08, representa um marco importante na educação brasileira, pois estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas:

Art. 1º art. 26-A da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 26-A](#). Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

A lei estabelece a obrigatoriedade de trabalhar a temática indígena considerando as contribuições desses povos para a história do Brasil. Dessa forma, uma das reflexões que este respectivo trabalho faz uso, são das reflexões de Soratto e Nascimento (2020) no qual enfatizam que “nos últimos tempos, a temática indígena, por meio da Lei n. 11.645/2008, tem desafiado as práticas pedagógicas e as propostas curriculares a romper com o modelo de educação homogeneizadora e excludente”, isso mostra que, a promulgação da lei é construída para desenvolver uma aprendizagem significativa que vise à valorização de outras práticas e saberes que integram a diversidade de povos que constituíram a nação brasileira.

Conforme Vanilda (2023) a lei 11.645/2008 representou um passo decisivo que impactou toda a estrutura educacional do Brasil, sendo uma grande conquista. No entanto, ela não resolve de forma definitiva os desafios relacionados à abordagem da temática indígena em sala de aula. A lei 11.645 constituiu-se um avanço legislativo significativo dos povos indígenas do Brasil que buscaram incansavelmente por reconhecimento, Wedmo e Vieira (2021) dizem:

Percebe-se que a lei 11.645/2008 foi instituída a partir de um contexto de leis e documentos anteriores, incluindo a própria Constituição de 1988, além da atuação de movimentos sociais, que pressionaram os órgãos públicos na busca por direitos básicos e o reconhecimento dos chamados povos tradicionais. A lei, então, efetiva, ao menos na teoria, as discussões que foram se estabelecendo durante o último quartel do século XX, bem como as próprias ações dos povos indígenas, mostrando que não estão extintos, como muitos pensam, mas sim estão atuando incessantemente no contexto social e são, por vezes, invisibilidades. (Rosa, Vieira, 2021, p. 220).

Ou seja, a lei foi instituída por reivindicações dos povos indígenas, que exigiram ações efetivas que descolonizassem os currículos da educação, abrindo possibilidades de discussões da necessidade de mudanças nos conteúdos ensinados em todos os níveis da educação. Isso, segundo Rosa (2021, p. 196), “demonstra que o ordenamento jurídico sobre desigualdade étnico-racial no Brasil só é implementado a partir de reivindicações de direitos e de árduas lutas promovidas pela sociedade organizada”. Tal lei é resultado de reivindicações históricas, lutas coletivas e resistência dos povos indígenas que buscavam o reconhecimento de seus direitos.

Quando uma nova lei implantada, ela vem acompanhada de grandes desafios, um deles é a sua implementação e, neste caso, as principais mudanças estariam na revisão dos currículos escolares, materiais didáticos e investimento na capacitação de professores.

## 2.1 A LEI 11.645/08 E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais na educação brasileira. Esse documento foi instituído pela Portaria n. 592, de 17 de junho de 2015, com Comissão de Especialista para a Elaboração de Proposta da Base Nacional Comum Curricular, sendo homologada pela primeira vez em 16 de setembro de 2015 com última atualização homologada em dezembro de 2017. Segundo o Ministério da Educação, refletir a imagem indígena no campo educacional através dos documentos legais, a Lei 11.645/08 e a sua inserção na BNCC, nos levará a compreender que tipo de “aprendizagens essenciais” são passadas aos educandos quando tratamos sobre a imagem dos povos indígenas. (Silva, Augusto, 2021.p. 06).

A Lei 11.645/08 é citada quatro vezes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme tabela abaixo:

Assunto/título:	O que é apresentado	Página
-----------------	---------------------	--------

Base Nacional Curricular e Currículos	“[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.” “[...] Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008.”	p.19
Rodapé explicativo	Definição da Lei: “BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de março de 2008.	p.20
História no ensino fundamental – Anos finais: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	A valorização da história da África HISTÓRIA ENSINO FUNDAMENTAL das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/200349 e Lei nº 11.645/200850) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração.	Págs. 416 e 417
Rodapé explicativo	Definição da Lei n 11.645/08	Pág. 417

**Fonte:** SILVA, Bruna Jéssica Cabral; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Desafios para repensar a imagem indígena: A Lei 11.645/08 e as lacunas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ao analisar o quadro acima, percebe-se que a BNCC apresenta, em sua introdução, definições relacionadas à Lei 11.645/08, destacando a responsabilidade das escolas de incluir essas propostas em seus currículos, de forma preferencialmente transversal e integrada.

Embora tenha sido elaborada para desconstruir todo um pensamento colonizador, que se formou ao longo da história do Brasil, são enormes os obstáculos que as redes de ensino público encontram para a implementação da lei 11.645/2008 nos estabelecimentos de ensino, como Santana (2022) menciona:

Esses trabalhos revelam, em certa medida, que os/as professores/as da educação básica que atuam em escolas urbanas dispõem de pouco (ou nenhum) conhecimento teórico e didático-pedagógico sobre os processos de

ensino-aprendizagem de língua indígena para estudantes não-indígenas nas escolas urbanas. (Santana, 2022, p. 166).

Diante disso, pode haver a seguinte pergunta: Por que estudar sobre os povos indígenas nas escolas urbanas? Santana (2022, p.167) responde: “entre os não-indígenas perduram inúmeros estereótipos a respeito da imagem do indígena brasileiro, de modo que os processos de ensino-aprendizagem da língua e da cultura dos povos indígenas em sala ajudariam na dissipação dos estereótipos e na superação de outros preconceitos”. Ou seja, ao passo que estudantes não-indígenas tiverem contato e conhecimento sobre a cultura dos povos indígenas, na sala de aula, tornam-se cidadãos que compreendam e respeitem tais diferenças sem se colocar como superior ou inferior aos demais. Assim, segundo Rosa e Vieira (2019):

A educação pode ser vista como mediadora entre um povo invisibilizado na sociedade (e às vezes dado como extinto) e uma maioria social que os inferiorizou durante séculos, o que é o caso dos povos indígenas. Através da educação pode-se haver a troca de conhecimentos únicos e próprios de povos específicos com os saberes ocidentais que perpetuam os currículos das escolas básicas. Desse modo, haverá uma menor incidência da hegemonia ocidental e uma valorização dos saberes locais, tal como preza os estudos decoloniais. (Rosa, Vieira, 2019, p. 223).

Segundo Rosa e Vieira (2019), a escola não deve se constituir como um espaço excludente que reproduza desigualdades a partir de uma visão ocidental homogênea, mas sim como um ambiente inclusivo, que reconheça e valorize as diferenças étnicas e sociais existentes no país. Nesse sentido, a educação deve contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender e respeitar a diversidade, sem estabelecer relações de superioridade ou inferioridade entre os indivíduos.

Há uma grande questão em torno deste pressuposto: existem professores formados para tal? Para tratar da temática indígena nas escolas urbanas? De acordo com Melo e Gomes (2020):

A formação dos professores para a temática indígena é primordial a apropriação de conceitos epistemológicos dos aspectos fundamentais das culturas, identidades, historicidades e, enfim das peculiaridades inerentes aos povos indígenas que devem ser consideradas de forma veementemente aprofundada. (De Melo, Gomes, 2020, p. 1126).

A educação para diversidade indígena engloba uma tomada de medida com pertinência à subjetividade, uma vez que socialmente os povos indígenas sofreram muitas violações, e querer superar a marca com a promoção da justiça social, da oportunidade igual aos seres diversos, parece uma utopia (Melo, 2020), mas é, como

a educação pode permear para os diversos povos indígenas, o direito à educação, a qual requer o protagonismo de sua força, sua coragem, seu sonho. Nesta premissa, Gomes (2020):

o professor é o principal agente das mudanças que devem permear o devir dos povos indígenas, com uma formação verdadeiramente que trate das raízes da cultura indígena, desmistificando todo arcabouço de negação, expropriação, violação e ocultamento da vida, da cultura, da identidade, da subjetividade, da religiosidade dos diversos povos indígenas. Desmistificando ainda o lugar do índio, a visão que se tem sobre o índio historicamente, o modo de ser e atuar do índio, os estereótipos, os tratamentos pejorativos, os preconceitos e as discriminações que estes sujeitos de direitos sempre foram vítimas por falta de uma formação intercultural. (De Melo, Gomes, 2020, p. 1128).

A partir dessa concepção se compreenderá que os povos indígenas não são o que os outros dizem que são, ou o que o outro imagina ser indígena, a sua historicidade está camuflada por artefatos culturais que não lhes representam (Melo, 2020).

Segundo Mariana Paladino (2013), O indígena era representado como uma figura ligada ao passado, lembrado apenas pela sua participação na colonização e na formação do povo brasileiro. É tratado de forma genérica, sem reconhecer a diversidade das mais de 305 etnias existentes no país. Muitas vezes é visto de modo estereotipado, como alguém que vive isolado na floresta, nu e dependente da caça e da pesca — e, se não corresponder a essa imagem, é considerado “menos índio”. Ou seja, os indígenas eram acostumados a serem vistos com a visão construída pelo colonizador. Ainda de acordo com a autora (2013), esse tipo de classificação, criada pelos portugueses, não revela nada sobre os próprios povos indígenas, mas apenas sobre o papel que lhes foi atribuído dentro do projeto de colonização. Tais representações são reatualizadas na perspectiva dualista de pensar o “índio” ora como bom selvagem, ingênuo, protetor da natureza, ora como pessoa desordeira, preguiçosa, que reclama terras demais, constituindo-se num empecilho ao desenvolvimento do país.

Conforme Cunha (2009), é preciso ressignificar a discussão sobre a história indígena, numa perspectiva que destaca os movimentos de resistência e o protagonismo dos povos indígenas desde a chegada dos colonizadores. A presença dos povos indígenas no currículo escolar é resultado de uma longa luta dos movimentos indígenas por visibilidade e reconhecimento. A implementação da lei

11.645/2008 é oferecer um tratamento qualificado dessas temáticas, no sentido de superar as concepções estereotipadas presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a eles. (Paladino, 2013).

### 3 A LEI 11.645/2008 E O LIVRO DIDÁTICO

O livro didático se tornou o principal instrumento de leitura para os estudantes de escolas públicas e principalmente uma das principais fontes de pesquisa e uma das mais importantes ferramentas de trabalho para os professores. Eles comportam os conteúdos explícitos a serem ensinados aos alunos, assim como organizam a metodologia, propondo atividades que viabilizem os processos de ensino e de aprendizagem. (Gatti Jr, 2004. p. 27)

Vale ressaltar que o livro didático é, muitas vezes, o único material impresso disponível para os alunos, e, também, muitas vezes para o professor, parte do conhecimento a que eles têm acesso (Pinto, Myazaki, 1985, p.165). Dessa forma, vale perguntar como o livro didático trata a temática indígena. Segundo Donisete (1996), índios e negros são quase sempre enfocados no passado, os livros focam predominantemente os feitos e a historiografia das potências europeias, silenciando ou ignorando os feitos e a vivência dos povos que aqui viviam. Essas sociedades são tratadas - geralmente pela negação de traços culturais considerados significativos: falta de escrita, falta de governo, falta de tecnologia para lidar com metais, nomadismo etc. (Donisete, 1996, p. 07).

Os livros didáticos abordam a noção de índio genérico, omitindo a diversidade que existe nessas sociedades. Eles são "tratados como se formassem um todo homogêneo e como se a generalização fosse a maneira correta de estudá-los" (Rocha, 1984, p.32). Sabemos que as sociedades indígenas são extremamente diversificadas entre si: cada uma tem uma lógica própria e uma história específica, habitam diversas áreas ecológicas e experimentaram situações particulares de contato e troca com outros grupos humanos. (Donisete, 1996, p. 09).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são documentos oficiais que orientam o sistema educacional no país. É a partir deles que são elaborados os planejamentos de ensino nas escolas e os critérios de avaliação de livros didáticos pelo Programa Nacional de Livros didáticos (PNLD). Entretanto, parece que a abordagem nos livros didáticos não prepara os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro, suas

contribuições para nossa cultura resumir-se-ia a uma lista de vocábulos e à transmissão de algumas técnicas e conhecimentos da floresta. (Donisete, 1996, p. 10).

Segundo Luís (1996), para reduzir ou acabar o preconceito, desinformação e intolerância que esses materiais possuem, e que professores e alunos têm encontrado na sala de aula sobre os povos indígenas, é preciso gerar ideias e atitudes novas, num processo que deve ser levado tanto em nível individual como coletivo. Isso se faz com informações corretas e contextualizadas, que levem as pessoas a refletir sobre suas posturas e atitudes cotidianas. O caminho é rever conhecimentos, perceber deficiências, buscar novas formas e novas fontes de saber. O professor precisa levar para dentro da sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença.

#### **4 DA LEI AO COTIDIANO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES DE GEOGRAFIA/HISTÓRIA E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA ACERCA DA TEMÁTICA INDÍGENA**

Neste capítulo, são analisadas as visões dos sujeitos responsáveis pela discussão da temática, uma vez que, conforme afirma Vanilda (2023, p. 116):

Abordar a temática indígena no contexto escolar é discutir conceitos que muitos educadores desconhecem [...]. A educação brasileira colaborou para a propagação de visões equivocadas sobre estes povos, alimentando o modelo colonialista implantado no país, que dizimou, apagou e negou traços e contribuições dos povos indígenas na construção da história do Brasil.

Dessa forma, segundo Soratto (2020, p. 306) faz-se “necessário questionar e desconstruir narrativas ocidentais que ainda fundamentam o imaginário latino-americano e compreender que o povo brasileiro é formado por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem culturas e histórias próprias, que se constituíram antes da colonização”. Para reverter esse quadro de discriminação é necessário investimento na educação como um todo, incluindo na capacitação e formação para instruir e preparar diretores, coordenadores e professores para a abordagem da temática. (Vanilda Reis, 2023).

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Fundamental - Anos Finais localizada no município de Grajaú–MA. Para resguardar a identidade da instituição e dos sujeitos envolvidos, seu nome não será divulgado. Na escola em questão foi constatado que existiam dois professores de geografia e dois de história. Em princípio foi feita a abordagem com a coordenação pedagógica sobre a temática e a pretensão de aplicar os questionários.

No questionário da coordenação, a respondente é uma profissional experiente de 48 anos, com formação em matemática, mas atua como gestora da escola. Isso influencia sua visão geral sobre as práticas pedagógicas, e em relação à temática aqui abordada. Ao responder se a escola tratar a temática indígena, ela responde que não. Isso já indica um ponto crítico: a lei não está sendo efetivamente aplicada no contexto escolar. A pergunta sobre se há uma preocupação com a formação dos professores, ela responde que sim, significa que existe uma consciência da importância, mas não necessariamente ações concretas e permanentes. Ao perguntar se a temática

aparece no livro didático, é respondido que sim, mas “muito pouco”, ou seja, quando aparece, é de forma superficial ou insuficiente. Sobre “em que momento do ano letivo é trabalhado a questão indígena”, ela responde apenas “na data comemorativa”, fica o questionamento: que data é essa? É no dia 19 de abril, ao qual é celebrado o Dia dos Povos Indígenas? Isso evidencia um tratamento pontual, tradicionalmente limitado, contrariando a proposta da lei de incorporar o tema ao currículo de forma transversal e contínua. Em relação à escola trabalhar a temática em algum evento específico, ela responde que sim, “trabalham com a apresentação da temática”.

Com base nas respostas da coordenação pedagógica, nota-se que a escola ainda não efetiva plenamente o que determina a Lei 11.645/2008. A temática indígena aparece de forma pontual, geralmente em datas comemorativas. Além disso, não há um uso adequado do material didático para aprofundar o tema e embora a gestão demonstre preocupação com a formação dos professores, não há iniciativas que promovam uma compreensão profunda e crítica das culturas indígenas. Assim, a aplicação da lei ocorre de maneira fragmentada, insuficiente e distante do que se propõe como educação intercultural e inclusiva.

Desde o primeiro contato, os professores demonstraram disponibilidade em participar da pesquisa e aceitaram responder ao questionário. Foi acordado que os questionários seriam deixados com os participantes e recolhidos posteriormente. No entanto, dois docentes optaram por responder de forma digital, solicitando o envio do questionário por meio do aplicativo WhatsApp. Além disso, realizou-se uma abordagem prévia com os participantes para esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, o resguardo do sigilo das informações e a destinação dos dados coletados, buscando garantir a objetividade e a ética no processo de investigação.

A professora participante tem 45 anos, com 22 anos de experiência docente, formada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), atuando tanto na rede estadual quanto municipal. A docente ministra diferentes componentes curriculares, como Geografia, Arte, Computação e Sociologia, o que demonstra uma atuação multidisciplinar e amplia as possibilidades de abordagem da temática indígena de forma transversal. A professora afirma conhecer a Lei 11.645/08, sua percepção sobre a abordagem da temática indígena em sala de aula é bastante positiva, destacando a importância dessa discussão para

que alunos indígenas se reconheçam e afirmem sua identidade, além de contribuir para o combate ao racismo e à discriminação presentes na sociedade.

A docente informa que possui alunos indígenas em suas turmas, o que reforça a relevância e a urgência da efetivação da Lei 11.645/2008 no cotidiano escolar. Entretanto, ao ser questionada sobre a presença da temática indígena no livro didático utilizado pela escola, a resposta indica ausência dessa temática, evidenciando uma fragilidade nos materiais pedagógicos e um dos principais obstáculos para a implementação da lei.

A professora reconhece a falta de formação específica para trabalhar a temática indígena. Mas mesmo diante dessa limitação, ela afirma abordar o tema em sala de aula, segundo a mesma, a abordagem ocorre por meio de discussões sobre a importância dos povos indígenas na formação da sociedade brasileira, a resistência histórica de suas lutas, a demarcação de terras indígenas e a dinâmica territorial desses povos, conteúdos que dialogam diretamente com o ensino de Geografia e Sociologia.

Quanto ao período do ano letivo em que a temática é trabalhada, a professora relata que geralmente ocorre no 3º e 4º período, o que sugere que o conteúdo ainda aparece de forma pontual, e não contínua ao longo do ano escolar.

A outra professora participante tem 54 anos, possui 27 anos de experiência docente, formação em História e atua como professora dessa disciplina. Demonstra conhecimento da Lei nº 11.645/2008 e reconhece a importância de trabalhar a temática indígena e a cultura afro-brasileira no contexto escolar, embora considere que a abordagem desses conteúdos ainda seja insuficiente.

A docente relata possuir alunos indígenas em suas turmas e afirma que a temática indígena aparece no livro didático utilizado pela escola. Ela aponta a falta de formação específica para o trabalho com o tema. Mesmo assim, afirma abordar a temática indígena em sala de aula, ainda que de forma pontual, principalmente no ensino de História Antiga, com foco nas sociedades indígenas da Mesoamérica e dos Andes, buscando também relacionar o conteúdo à importância dos povos indígenas da região.

A abordagem ocorre, segundo a professora, no segundo período do ano letivo, o que evidencia que, apesar do reconhecimento da relevância da Lei nº 11.645/2008, sua aplicação ainda se dá de maneira limitada e concentrada em momentos específicos do calendário escolar.

A terceira professora tem 45 anos e possui 25 anos de experiência docente. É formada em Licenciatura em Geografia, com pós-graduação em Metodologia do Ensino de História e Geografia, atuando como professora da disciplina de Geografia. Demonstra conhecer a Lei nº 11.645/2008 e considera necessária a abordagem da temática indígena, destacando que a formação do território brasileiro é marcada pela miscigenação.

A docente relata a presença de alunos indígenas em suas turmas e afirma que a temática indígena aparece no livro didático utilizado pela escola. Diferentemente das outras professoras, ela não sente falta de uma formação específica, o que pode estar relacionado à sua formação continuada e experiência profissional.

A professora afirma abordar a temática indígena em sala de aula por meio de documentários, leitura de textos e aulas dialogadas, utilizando diferentes estratégias pedagógicas. A análise evidencia uma postura ativa na aplicação da Lei nº 11.645/2008, com práticas que favorecem a reflexão e o diálogo, embora não especifique um período fixo do ano letivo para o desenvolvimento dessa temática.

O professor participante tem 50 anos e possui 25 anos de experiência docente. Sua formação é na área de História, mas ministra aulas de história e educação física. Ele afirma conhecer a Lei nº 11.645/2008 e considera a abordagem da temática indígena um tema muito importante e essencial para a compreensão teórica, histórica, cultural e científica dos povos indígenas.

O docente relata a presença de alunos indígenas em suas turmas e aponta que a temática indígena aparece no de História. No entanto, afirma sentir falta de uma formação específica para aprofundar o trabalho com essa temática, o que revela uma limitação ainda presente no processo de implementação da lei.

Apesar disso, o professor aborda a temática indígena em suas aulas de História, especialmente ao tratar da formação histórica da cidade de Grajaú, do

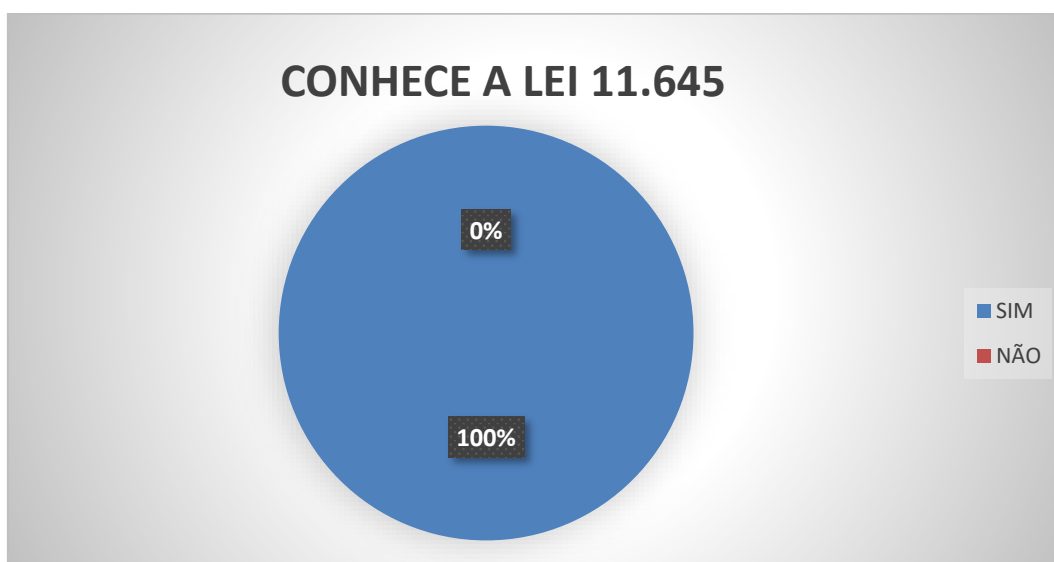
período colonial, do descobrimento do Brasil e dos conteúdos relacionados ao primeiro e segundo reinado, destacando as questões ligadas aos povos indígenas nesses contextos históricos.

Conforme o mesmo, a abordagem do tema ocorre em períodos diversificados ao longo do ano letivo, com destaque para o mês em que se comemora o Dia dos Povos Indígenas, além de outros momentos definidos conforme a série e a disciplina ministrada. A análise evidencia que, embora haja reconhecimento da importância da Lei nº 11.645/2008, sua aplicação ainda ocorre de forma pontual e dependente do conteúdo curricular e das iniciativas individuais do professor.

#### 4.1 QUESTÕES OBJETIVAS: APRESENTAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS

Conforme os dados expostos no gráfico 1, observa-se que 100% dos professores participantes declararam conhecer a Lei nº 11.645/2008, indicando que a lei é conhecida no contexto escolar. Entretanto, esse conhecimento não assegura, por si só, sua efetiva implementação nas práticas pedagógicas.

GRÁFICO 1.



Os resultados apresentados no gráfico 2 indicam que a totalidade dos professores entrevistados possuem alunos indígenas, evidenciando que a realidade escolar investigada é marcada pela presença indígena, o que reforça a relevância de abordar a temática da História e Cultura Indígena no contexto educacional.

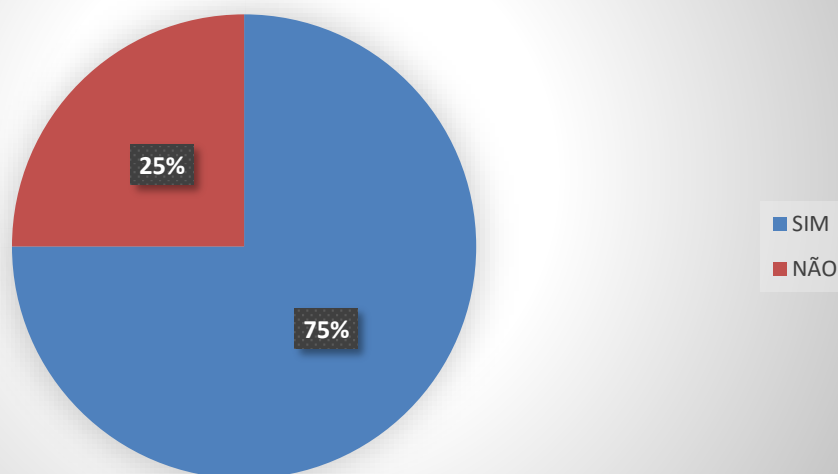
GRÁFICO 2



O gráfico 3 apresenta os dados referentes à presença da temática indígena no livro didático utilizado pelos professores participantes da pesquisa. Observa-se que três docentes afirmaram que a temática aparece no livro didático, enquanto um professor declarou que não. Esse resultado revela que a abordagem da temática indígena no livro didático não é uniforme, uma vez que, embora a maioria dos professores identifique sua presença, ainda há docentes que não a reconhecem, o que pode indicar limitações na forma como o conteúdo é apresentado ou trabalhado.

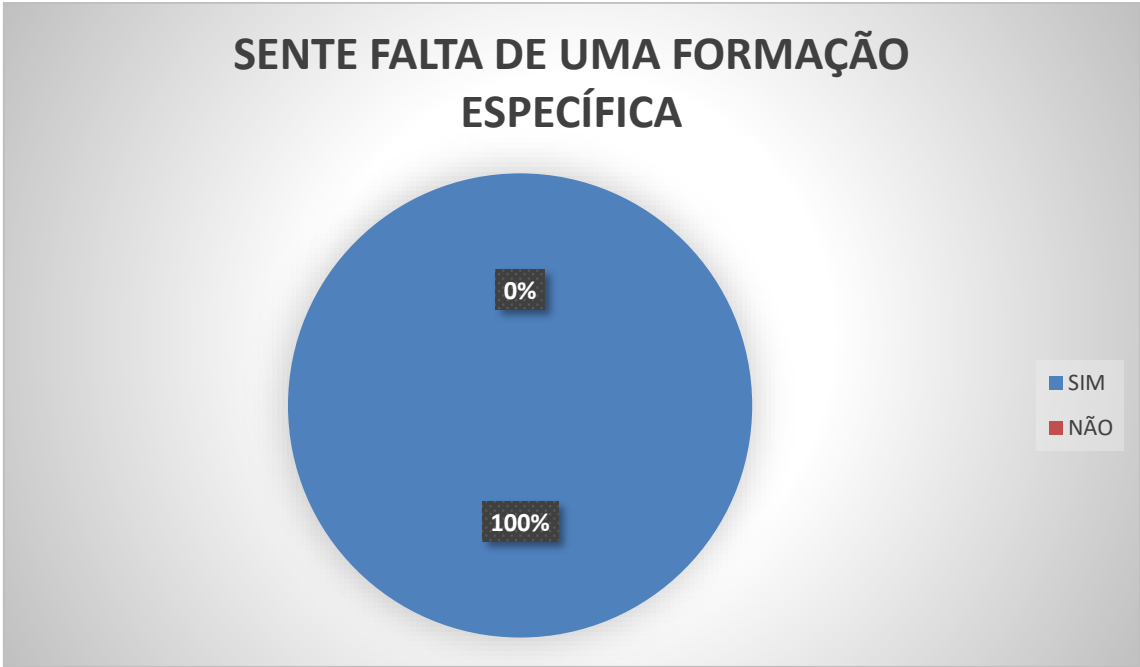
GRÁFICO 3

## A TEMÁTICA INDÍGENA APARECE NO LIVRO DIDÁTICO



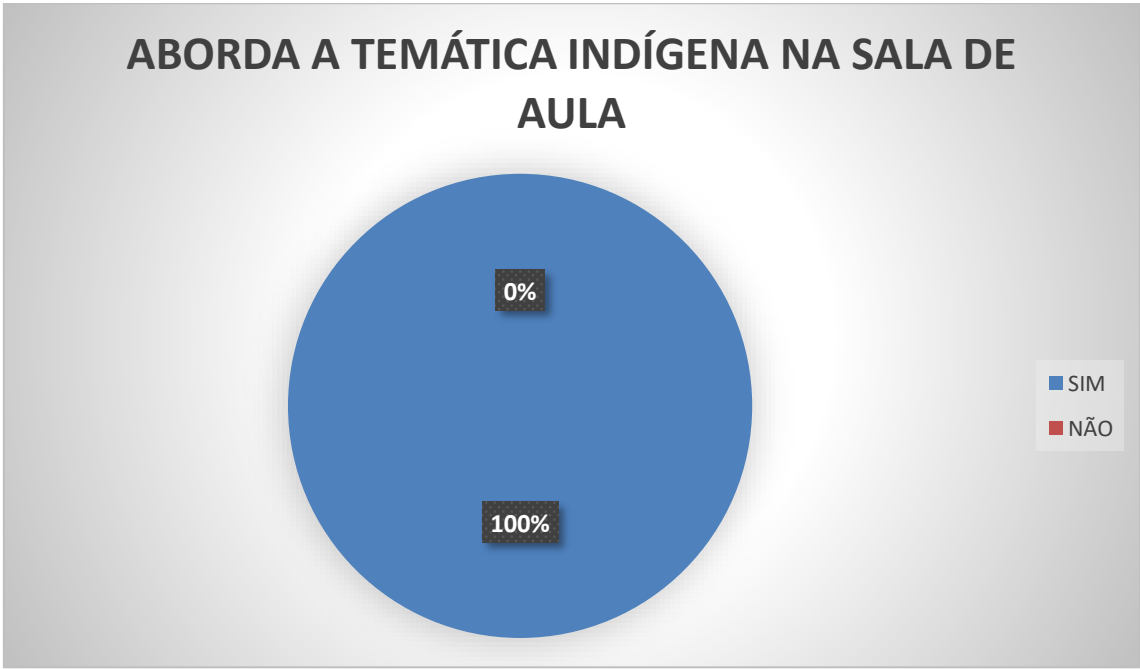
Conforme os dados apresentados no gráfico 4, 100% dos professores participantes afirmaram sentir falta de uma formação específica para abordar a temática indígena em sala de aula. Esse resultado evidencia a percepção unânime dos professores quanto à necessidade de formação específica para o desenvolvimento do trabalho pedagógico relacionado à temática indígena.

GRÁFICO 4



O gráfico 5 apresenta os dados referentes ao trabalho com a temática indígena desenvolvido pelos professores participantes da pesquisa. Verifica-se que todos os docentes afirmaram trabalhar a referida temática em sala de aula.

GRÁFICO 5



Diante do que foi apresentado, os procedimentos metodológicos empregados nesta pesquisa demonstraram-se apropriados para o alcance dos objetivos estabelecidos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e caráter indutivo, uma vez que se fundamentou na revisão bibliográfica. Nas pesquisas educacionais, especialmente aquelas que envolvem a análise de práticas pedagógicas e percepções docentes, torna-se necessário adotar uma abordagem metodológica que possibilite a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos à realidade em que estão inseridos. Dessa forma, a pesquisa qualitativa apresenta-se como um caminho metodológico pertinente para o estudo proposto. Desse modo, a pesquisa qualitativa para Minayo (1993) é uma:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (Minayo, 1993, p. 23)

Segundo os autores (Silva; Menezes, 2001), a pesquisa qualitativa permite também a descrição das características do fato ou população investigada, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática. Geralmente se realiza neste tipo de estudo um levantamento de dados por meio de interrogação direta dos envolvidos na pesquisa. É desse modo que se processa metodologicamente esta respectiva pesquisa, tendo como instrumento metodológico o questionário. Sobre o questionário Lakatos, diz:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (Lakatos, 2003; Marconi, 2001)

A essência do questionário nesta pesquisa se justifica pela sua necessidade em mensurar as subjetividades dos entrevistados e ao mesmo tempo possibilitar uma análise crítica, reflexiva e coerente com os pressupostos teóricos da temática em questão. As vantagens do uso deste instrumento recaem principalmente nas questões de tempo, abrangência de pessoas pesquisadas, uniformidade na avaliação, bem como objetividade e economia de pessoal. (Melo, Gomes, 2020).



## 4.2 SÍNTESE DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES

Os questionários evidenciam que todos os participantes possuem ampla experiência docente, com tempo de atuação entre 22 e 27 anos, além de formações nas áreas de Geografia, História e alguns com pós-graduação. Esse perfil demonstra um corpo docente experiente e com potencial para desenvolver abordagens críticas e contextualizadas sobre a temática indígena.

De modo geral, todos os professores afirmam conhecer a Lei nº 11.645/2008 e reconhecem a importância de trabalhar a história e a cultura dos povos indígenas no ambiente escolar. As respostas destacam que essa abordagem é fundamental para o fortalecimento da identidade dos alunos indígenas, para a compreensão da formação histórica e territorial do Brasil e para o combate ao racismo e à discriminação ainda presentes na sociedade.

Os docentes relatam a presença de alunos indígenas em suas turmas, o que reforça a necessidade de efetivação da legislação no cotidiano escolar. Quanto aos livros didáticos, as respostas indicam que a temática indígena aparece de forma limitada do conteúdo, revelando fragilidades nos materiais pedagógicos.

Outro aspecto recorrente é a falta de formação específica para trabalhar a temática indígena, apontada pela maioria dos professores como um dos principais desafios para a aplicação da lei. Ainda assim, todos afirmam abordar o tema em sala de aula, utilizando diferentes estratégias pedagógicas, como aulas dialogadas, leitura de textos, uso de documentários e contextualização histórica e territorial, embora, em muitos casos, essa abordagem ocorra de forma pontual e concentrada em determinados períodos do ano letivo.

Dessa forma, os questionários revelam que, apesar do reconhecimento da importância da Lei nº 11.645/2008 e dos esforços individuais dos professores, sua implementação ainda acontece de maneira parcial, dependendo da iniciativa docente. A falta de capacitação, de um plano pedagógico que trate sobre a temática indígena é um dos fatores que dificultam a plena efetivação da lei.

As dificuldades identificadas na aplicação da Lei nº 11.645/2008 não se restringem ao contexto da escola pesquisada, mas refletem questões mais amplas e estruturais da educação brasileira, historicamente marcada pela valorização de conhecimentos eurocêntricos em detrimento dos saberes indígenas. Conforme Quijano (2005), essa lógica está relacionada à colonialidade do poder, que hierarquiza os saberes de matriz ocidental e contribui para a invisibilização dos conhecimentos indígenas no contexto educacional.

Segundo Baniwa (2013), a escola ainda enfrenta entraves relacionados à valorização dos saberes indígenas e à formação docente, o que compromete a efetivação de políticas educacionais voltadas à diversidade cultural. Dessa forma, a aplicação da Lei nº 11.645/2008 exige não apenas o cumprimento legal, mas uma mudança estrutural na concepção de educação, currículo e formação docente. Esse cenário evidencia a necessidade de investimentos em formação específica e em recursos pedagógicos que garantam uma abordagem contínua e efetiva da temática indígena na educação básica.

## 5 O LIVRO DIDÁTICO: apresentação e tratamento da temática indígena

Compreende-se a escola como um dos principais espaços de reflexão, ensino e aprendizagem acerca da diversidade étnico-racial que compõe a pluralidade cultural existente no território brasileiro. Segundo Goularte e Mello (2013) essa diversidade manifesta-se em diferentes expressões culturais, como a música, a dança, a culinária, a linguagem, a literatura, o vestuário, os costumes, entre outros elementos que evidenciam a riqueza cultural do país:

Por isso, é de extrema relevância que os textos selecionados para o ensino [...], independente da série, explorem temáticas que possibilitem a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os índios na construção do país. E um dos instrumentos que mais faz circular textos na sala de aula é o livro didático. (Goulart, De Mello, p.35, 2023).

Os livros didáticos ocupam um papel central no contexto educacional, uma vez que exercem forte influência sobre o processo de ensino e aprendizagem. Ao organizarem e disponibilizarem grande parte das condições materiais que sustentam o trabalho pedagógico em sala de aula, esses materiais tornam-se fundamentais para a prática docente. Dessa forma, acabam concentrando e veiculando os conhecimentos produzidos e sistematizados pelas diferentes áreas do saber escolar, assumindo a função de importantes mediadores do conhecimento no ambiente educacional.

Este trabalho contempla a análise de conteúdo dos livros didáticos utilizados pelos alunos em sala de aula da respectiva escola investigada. Conforme Laurence Bardin, a análise de conteúdo é:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens (Bardin, 2016).

Assim, a análise de conteúdo consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos que possibilitam a descrição e a interpretação das mensagens. Nesse sentido, é possível identificar como a temática indígena se apresenta nos materiais didáticos, observando-se os conteúdos, e a forma como a Lei nº 11.645/2008 é

contemplada nessas obras. Foram considerados os livros de História e de Geografia, atualmente em vigência e com previsão de uso até o ano de 2027. De acordo com os professores participantes da pesquisa, três afirmaram que a temática indígena está presente nos livros didáticos, enquanto um relatou sua ausência. Diante disso, buscou-se compreender de que forma essa temática é abordada nesses materiais.

## 5.1 LIVRO DE HISTÓRIA E A TEMÁTICA INDÍGENA

O livro de História usado pelos estudantes é da Editora Moderna, denominado “SuperAção! História – 8º ano”, voltado para os estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. A obra foi escrita por Caroline Minorelli e Charles Chiba e integra o conjunto de livros aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), utilizado nas escolas públicas brasileiras.

Esse livro faz parte do PNLD 2024–2027, o que indica que está oficialmente em vigor para uso pedagógico entre os anos de 2024 e 2027. A aprovação pelo PNLD garante que o conteúdo está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atendendo às exigências educacionais para o ensino de História nessa etapa escolar. O respectivo livro está dividido em oito unidades com dezesseis capítulos sendo abordada a temática indígena no capítulo dez, intitulado “O segundo reinado”. A obra aborda temas importantes da História, como processos históricos, transformações sociais, políticas e culturais. O livro garante a análise de acontecimentos que ajudam os estudantes a compreender o passado e suas relações com o presente.

Em relação ao tema aqui tratado, o livro didático, trata sobre o tópico “índigenas no Brasil colonial”, ao qual começa descrevendo o período colonial no Brasil e como os povos indígenas eram retratados pelos portugueses, eles podiam ser aliados ou inimigos, bravos ou mansos, mas há uma omissão, pois, levantamos o questionamento: por que os colonizadores descreviam os indígenas dessa forma? Será se é por que se consideravam superiores aos indígenas aqui encontrados? por que o modo de vida deles não condizia com os modos dos portugueses, os ditos “civilizados”? Ou por que os povos indígenas tiveram suas vidas invadidas e seu modo de vida mudado completamente com a chegada desses colonizadores?

Seguindo o texto, é abordado sobre a integração ou não dos indígenas na sociedade brasileira e como a constituição ignorou esses povos durante anos. Por um lado, havia intelectuais que defendiam que os indígenas deveriam ser submetidos a forças armadas e outros que eles deveriam ser incluídos na sociedade e o governo deveria criar condições para isso, no fim da página fala-se que os dois grupos

concordavam de os povos indígenas serem inferiores aos brancos. O que intriga é, o texto acaba nisso, não tem uma continuação sobre a questão de como foi feito para haver a valorização desses povos, não é explorado que não existe isso de ser inferior ao outro, não fala sobre a perseverança desses povos em buscar seus direitos e reconhecimentos.

Na página seguinte é abordado o tópico “O nativismo no Segundo Reinado” neste tópico explica que após a Independência do Brasil, os povos indígenas passaram a ser valorizados como símbolos da identidade nacional. Mas não explica como isso foi feito. Como os povos indígenas passaram de “seres inferiores” para símbolos de Identidade Cultural. Como os alunos irão entender que o povo indígena possui participação ativa nesse processo de mudança? Com suas resistências e lutas por igualdade? Isso precisa ser evidenciado para os estudantes.

O livro aborda o nativismo que é expressado por meio do indianismo romântico, segundo o texto, isso idealizava os personagens indígenas com um passado mítico e glorioso, muito distante das realidades e diversidades dos povos indígenas existentes. Embora tenha contribuído para inserir o indígena na narrativa da construção do país, esse indianismo criou representações limitadas, estereotipadas e descoladas das experiências reais dos povos indígenas. É justamente em oposição a esse tipo de visão idealizada que se apoia a Lei 11.645/2008, ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura indígena (e afro-brasileira) em todas as escolas. Entretanto, nota-se que ao abordar a temática indígena no livro didático, o protagonismo indígena fica de lado. Será que esse estudante em contato com tal livro imagina que foi o povo indígena que ativamente buscou, durante o decorrer dos anos, reconhecimento, valorização e direitos? Se tornaram deputados(as), ministros(as), entre outros?

Na página 171 é falado sobre a ocupação das terras, mostra que no Império, a imagem romantizada do indígena ajudou a justificar políticas que apagavam sua presença real. É falado sobre 1863, no Ceará, decretaram oficialmente a inexistência de indígenas, retirando deles qualquer direito territorial. A Lei de Terras de 1850 foi decisiva para retirar direitos territoriais dos povos indígenas, forçando deslocamentos.

Por fim, já na página 299, fim do livro, sugere como complemento de leitura um único livro sobre a temática, o livro “Enterrem meu coração na curva do rio - A dramática história dos índios norte-americanos” de Dee Brawm, São Paulo, 2003.

A análise do livro didático SuperAção! História – 8º ano evidencia que a abordagem da temática indígena apresenta limites significativos no que se refere ao protagonismo dos povos indígenas na construção da história do Brasil. Observa-se que o conteúdo ainda privilegia uma narrativa centrada na perspectiva colonial, tratando a imagem passiva desses povos, como não sujeitos ativos de sua própria história.

Ao abordar os povos indígenas no período colonial, o livro expõe concepções eurocêntricas que os classificavam como “bravos” ou “mansos”, aliados ou inimigos, sem aprofundar criticamente as razões dessas classificações. Isso vai de encontro com o pensamento de Quijano (2005), na colonialidade do poder em que essas denominações reforçam a lógica eurocêntrica ao hierarquizar culturas e silenciar as experiências indígenas reais. A ausência de questionamentos mais profundos sobre essa visão fortalece estereótipos e dificulta a compreensão dos estudantes acerca das relações de dominação impostas aos povos indígenas.

No livro, não se evidencia as lutas, resistências e as formas de organização política dos povos indígenas, quando a temática é abordada, ela é associada ao passado, isso contribui para uma imagem passiva desses povos. O livro didático não explora adequadamente a história e cultura indígena ao longo da história, bem como no período contemporâneo. A ausência de referências a lideranças indígenas atuais, à participação política e às conquistas legais contribui para a construção de uma imagem de passividade, em desacordo com os princípios da Lei nº 11.645/2008. Como aponta Vanilda (2023), “o ensino de História e Cultura Indígena deve ultrapassar abordagens superficiais, promovendo reflexões críticas que reconheçam os povos originários como sujeitos históricos contemporâneos, portadores de saberes, culturas e direitos”. Dessa forma, o respectivo livro demanda complementação pedagógica, a fim de promover um ensino que reconheça os povos indígenas como sujeitos históricos, plurais e protagonistas de sua própria história.

## 5.2 LIVRO DE GEOGRAFIA E A TEMÁTICA INDÍGENA

O livro de geografia utilizado pelos alunos é intitulado “SuperAção! Geografia – 8º ano”, também da Editora Moderna, é destinado aos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental. Elaborado por Valquíria Garcia, Rogério Martinez e Wanessa Garcia, o livro integra o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), sendo utilizado nas escolas públicas brasileiras como apoio ao ensino de Geografia.

Essa obra foi aprovada no PNLD 2024–2027, o que significa que está em vigor e pode ser utilizada oficialmente nas escolas durante esse período, do ano de 2024 até 2027. A aprovação pelo PNLD garante que o conteúdo do livro está alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), assegurando qualidade pedagógica e adequação aos objetivos educacionais do Ensino Fundamental. Ele aborda temas importantes da Geografia, como a organização do espaço geográfico, questões sociais, econômicas e ambientais, além das relações entre sociedade e natureza. O livro está dividido em oito unidades com vinte e seis capítulos sendo abordada a temática indígena no capítulo três, denominado “Culturas, povos e territórios”, no capítulo doze com o título “Continente Americano” e no capítulo dezesseis intitulado “População da América Latina”.

Ao abordar a temática indígena, o livro de geografia apresenta a ideia de que os povos indígenas do Brasil possuem saberes tradicionais, técnicas próprias e conhecimentos sofisticados, mas que também fazem uso de equipamentos tecnológicos e isso não significa perda de cultura, mostra a capacidade de adaptação e de resistência desses povos.

O texto afirma que professores indígenas têm utilizado recursos digitais nas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que lideranças comunitárias empregam aparelhos tecnológicos para registrar invasões, fiscalizar desmatamentos e defender seus territórios. Com isso o texto vem mostrar a capacidade de adaptação e resistência dos povos indígenas, mostrando que o uso de tecnologias não representa perda cultural, mas uma forma de fortalecer suas lutas e modos de vida.

Na página 33, fala sobre o acesso a televisores, internet, computadores que as comunidades utilizam, isso evidencia que as populações indígenas não estão "presas

ao passado". Os povos indígenas vivem no presente e se adaptam às tecnologias e aos meios de locomoção disponíveis. As atividades no final da página convidam o aluno a pensar sobre, como a inserção de tecnologias interfere na cultura indígena. A intenção é fazer o estudante refletir sobre mudanças culturais, sem cair no mito de que tecnologia "destrói" tradição, mas mostrar que tecnologia pode fortalecer a cultura indígena. A segunda questão indaga quantos hábitos do dia a dia dos estudantes possui origem indígena, essa pergunta serve para mostrar que nossa cultura é profundamente influenciada por saberes indígenas, como por exemplo, o uso de chás, ervas e remédios naturais como boldo, erva-cidreira, camomila, copaíba e babosa, práticas que têm origem nos conhecimentos indígenas sobre propriedades curativas das plantas.

Na página 182 é mostrado como os povos indígenas da América Latina possuem uma produção artística muito rica e antiga. Essa arte não era apenas decorativa; ela representava a vida cotidiana, as crenças espirituais e, principalmente, a relação desses povos com a natureza. O texto explica que diferentes expressões artísticas faziam parte do dia a dia indígena, como danças, músicas, narrativas orais e objetos utilitários. Porém, algumas produções se tornaram mais conhecidas, que foi os objetos cerâmicos e de pedra, cestarias, entre outros.

Em outra página é apresentada uma fotografia de indígenas da etnia Kamayurá realizando o ritual Tawarawanã, no Parque Indígena do Xingu, registrada em 2019. A imagem ilustra a importância das manifestações culturais indígenas como danças, pinturas corporais, música e rituais para a preservação das tradições e da identidade desses povos.

Diferente do livro de história, o livro de geografia possui mais embasamento com a temática indígena, nele há atividades que levam o estudante a refletir e a conhecer os povos indígenas. O de história ao abordar o tema, nota-se que se refere ao passado, não há um aprofundamento da temática.

A análise do livro Geografia 8º ano demonstra uma abordagem mais ampla e atualizada da temática indígena, especialmente ao apresentar os povos indígenas como sujeitos históricos contemporâneos, inseridos no mundo atual e em constante processo de adaptação. O livro valoriza os saberes tradicionais, as práticas culturais, a produção artística e o uso de tecnologias, evidenciando que a incorporação de

recursos tecnológicos não implica perda cultural, mas pode fortalecer a resistência e a defesa dos territórios indígenas.

Conforme destaca Baniwa (2019), os povos indígenas são sociedades dinâmicas, que transformam suas práticas ao longo do tempo sem romper com suas identidades. As atividades propostas no livro contribuem para desconstruir estereótipos ao convidar os estudantes a refletirem sobre a influência indígena no cotidiano da sociedade brasileira e sobre a relação entre tradição e modernidade. Nota-se que o material de Geografia cumpre de forma mais efetiva os princípios da Lei nº 11.645/2008, ao evidenciar o protagonismo indígena no presente ao ampliar o debate ao relacionar cultura, território e resistência desses povos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos professores acerca da implementação da Lei nº 11.645/2008 no contexto escolar, bem como investigar de que forma a temática indígena vem sendo abordada. A pesquisa foi realizada em uma instituição de Ensino Fundamental - Anos Finais na cidade de Grajaú-MA. A partir da pesquisa feita, foi possível constatar que, embora a legislação represente um avanço significativo no reconhecimento dos povos indígenas, sua efetivação no cotidiano escolar ainda ocorre de maneira limitada e fragmentada.

Os dados obtidos por meio dos questionários aplicados aos professores e à coordenação pedagógica evidenciam que há conhecimento da Lei nº 11.645/2008 e reconhecimento de sua importância. No entanto, observou-se que a abordagem da temática indígena ocorre de maneira pontual, geralmente restrita a datas comemorativas, como o dia 19 de abril. Dessa forma, a presença da temática indígena no cotidiano escolar ainda não acontece de forma contínua, conforme previsto pela lei.

No que se refere às metodologias utilizadas pelos docentes, constatou-se que a prática pedagógica ainda se apoia majoritariamente no livro didático e em aulas expositivas. Embora alguns docentes busquem estratégias alternativas para abordar o tema, como o uso de textos, documentários e aulas dialogadas, essas iniciativas ainda dependem, em grande medida, do esforço individual de cada professor, não estando respaldadas por um projeto pedagógico da escola. Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à ausência de investimentos consistentes na formação continuada dos professores para o trabalho com a temática indígena. A maioria dos docentes aponta a falta de formação específica como um fator que dificulta o desenvolvimento de um trabalho mais aprofundado sobre a história e a cultura dos povos indígenas.

A análise dos livros didáticos utilizados na escola revelou diferenças significativas na forma como a temática indígena é apresentada. O livro de Geografia demonstra uma abordagem mais atualizada, ao reconhecer os povos indígenas como sujeitos contemporâneos, dinâmicos e inseridos no mundo atual, valorizando seus

saberes, práticas culturais e o uso de tecnologias como estratégias de resistência. Em contrapartida, o livro de História tende a concentrar a temática indígena em períodos do passado, com pouca ênfase no protagonismo indígena, nas lutas por direitos, nas formas de organização política e na diversidade étnica existente no Brasil. Essa diferença evidencia que, mesmo dentro dos materiais aprovados pelo PNLD, ainda há limites no cumprimento efetivo dos princípios da Lei nº 11.645/2008.

As limitações observadas na implementação da Lei nº 11.645/2008 não se restringem à realidade da escola investigada, mas estão relacionadas a desafios mais amplos e estruturais da educação brasileira, historicamente orientada pela centralidade de saberes eurocêntricos em detrimento dos conhecimentos indígenas. De acordo com Baniwa (2013), persistem obstáculos ligados à valorização dos saberes indígenas no currículo escolar e à insuficiência de formação docente, fatores que dificultam a consolidação de políticas educacionais voltadas ao reconhecimento da diversidade cultural.

Diante do exposto, conclui-se que a aplicação da Lei nº 11.645/2008 na escola pesquisada ocorre de forma superficial e insuficiente, não garantindo plenamente uma educação intercultural que valorize a história, a cultura e os saberes dos povos indígenas. Conforme aponta Baniwa (2019), reconhecer os povos indígenas como sujeitos históricos contemporâneos é condição fundamental para a construção de práticas educativas mais justas e plurais. Para que a lei 11.645/08 seja plenamente cumprida, é fundamental que haja maior investimento na formação docente, revisão dos materiais didáticos e a adoção de práticas pedagógicas comprometidas com uma abordagem crítica e respeitosa da temática indígena, de modo que preconceitos historicamente reproduzidos no espaço escolar possam ser superados, favorecendo a construção de novas percepções sobre os povos indígenas, diferentes daquelas marcadas por estereótipos e discriminações que ainda podem persistem no imaginário social.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Edson Dorneles de. **O indígena como usuário da lei: um estudo etnográfico de como o movimento da literatura indígena entende e usa a Lei nº 11.645/2008**. Cadernos CEDES, 2019.
- ANGELO, Francisca Navantino de. **Os dez anos da Lei nº 11.645/2008: avanços e desafios**. Cadernos CEDES, v. 39, n. 109, p. 357–378, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622019216733>
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 maio 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 mar. 2008.
- CARVALHO, Leila Melo de; SCARAMUZZA, Genivaldo Frois. **Temas indígenas e a Lei 11.645/2008 no contexto de uma escola pública amazônica em uma leitura decolonial**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 14, 2022.
- CASTANHEIRA, Cássio Silva. **A Lei 11.645/08 e o livro didático: “História, Sociedade e Cidadania”**. Law, v. 11, n. 08, p. 116211–116220.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Contra Capa, 2017.
- COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**.

DA SILVA GOULARTE, Raquel; DE MELO, Karoline Rodrigues. **A Lei 11.645/08 e a sua abordagem nos livros didáticos do ensino fundamental.** Entretextos, v. 13, n. 2, p. 33–54, 2013.

DE MELO, Maria Aparecida Vieira; JUNIOR, Carlos Alberto de Oliveira Gomes. **A Lei 11.645/2008 e a formação docente intercultural para historiadores.** Diversitas Journal, v. 5, n. 2, p. 1121–1165, 2020.

DOS REIS, Vanilda. **Literatura de autoria indígena: encantamento e cumprimento da Lei 11.645/2008.** Revista Moinhos, n. 13, p. 114–125, 2023.

DOS SANTOS, Valéria Rocha; DA SILVA, Nilson Barros; DA SILVA DUTKA, Flávio. **Lei 11.645/2008: o que dizem os Projetos Político-Pedagógicos de instituições de ensino do município de Ouro Preto do Oeste – Rondônia?** Das Amazônias, v. 6, n. 1, p. 122–137, 2023.

FERNANDES, Rosani de Fátima. **Sobre povos indígenas e diversidade na escola: superando estereótipos.** Amazônia em tempos contemporâneos entre diversidades e adversidades. Jane Felipe Beltrão, p. 190, 2017.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos índios nos Livros Didáticos.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 77, n. 186, 1 jun. 1996.

LOPES, Danielle Bastos. **O direito de estudar o indígena: sedução, estranhamentos e diferença em salas de aula.** Cadernos CEDES, v. 39, n. 109, p. 277–296, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622019217866>

LOPES, Danielle Bastos. **O Direito dos índios no Brasil: a trajetória dos grupos indígenas nas constituições do país.** Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 83-108, 2014.

PINHEIRO, Gisele Aparecida, NASCIMENTO, Ronélia do. **Alunos indígenas no contexto escolar urbano: encontros e desencontros.** RCC, Juara/MT/Brasil, 2016.

PINTO, Gabriella Martins. **Temática indígena nas escolas: racismo, preconceito e seu impacto na educação.** Monografia (Graduação em Pedagogia) -

Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema, Miracema do Tocantins, 2023.

ROSA, Wedmo Teixeira. **O ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no contexto da Geografia escolar: reflexões sobre a implantação da Lei 11.645/2008 na rede pública estadual de Pernambuco.** Revista Ensino de Geografia (Recife), v. 4, n. 2, 2021.

RUSSO, Kelly.; PALADINO, Mariana. **A Lei nº 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola.** Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 67, p. 897–921, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216746>

SANTANA, Nelivaldo Cardoso. **Representação sociodiscursiva no contexto de implementação da Lei 11.645/2008 na cidade de Altamira – Pará.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), 2021.

DA SILVA NOVAK, Éder; MENDES, Luís César Castrillon. **Ensino de História e cultura indígena na escola e o papel do professor/historiador.** História e Culturas, v. 8, n. 15, p. 38-57, 2020.

SILVA, Maria da Penha da. **A diversidade etno-racial na escola e a temática indígena em questão: discutindo políticas públicas para a efetivação da Lei 11.645/08.** In: IV ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 2012.

SOARES, Valclécia Bezerra; SANTOS, Rita de Cássia Melo. **A presença indígena no livro didático de sociologia: realizações e desafios da lei 11.645/08.** XIII Encontro estadual de história: história e mídias narrativas em disputas, 2020.

SORATTO, Marinês; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Implementação da Lei nº 11.645/2008: uma experiência na formação de professores.** Revista Teias, v. 21, n. 62, p. 304–316, 2020.

VIEIRA, João Luiz da Silva; ROSA, Wedmo Teixeira. **Uma análise da temática História e Cultura Indígena no ensino de Geografia: reflexões a partir da Região Metropolitana do Recife.** Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, v. 17, n. 1, p. 217–233, 2019.

## ANEXOS

<b>PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA</b>
Q. 1. Qual é a sua idade: 48
Q. 2. Sexo: ( <input checked="" type="checkbox"/> ) F ( ) M
Q. 3. Qual é a sua formação e a sua atuação atual? matemática / gestora
<b>PARTE 2: OBJETO DE ESTUDO</b>
Q. 1. A escola aborda a temática indígena, conforme a lei 11.645? Sim ( ) ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não
Q. 2. Como é abordada?
Q. 3. Há uma preocupação com a formação dos professores para trabalhar a lei 11.645 (temática indígena)? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) ( ) Não
Q. 4. A temática indígena aparece no livro didático usado na escola? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Não ( ) muito pouco
Q. 5. Em que momento do ano letivo é abordado essa temática? na data comemorativa
Q. 6. A escola trabalha a temática indígena em algum evento específico, fora da sala de aula? Sim ( <input checked="" type="checkbox"/> ) ( ) Não Se Sim: Como é feito? trabalho com a apresentação da temática.

<b>PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – PROFESSOR</b>
<b>Q. 1.</b> Qual é a sua idade:45 anos
<b>Q. 2.</b> Sexo:( x ) F ( ) M
<b>Q. 3.</b> Quanto tempo de docência? 22 anos
<b>Q. 4.</b> Qual é a sua formação e a sua atuação atual?  Sou formada em Licenciatura plena em Geografia pela Universidade Estadual do Piauí-UESPI e estou atuando como professora na rede estadual e municipal.
<b>Q. 5.</b> Qual matéria (componente curricular) você ministra?  Leciono Geografia, Arte, Computação e Sociologia.
<b>PARTE 2: Objeto de estudo</b>
<b>Q. 1.</b> Conhece a lei 11.645/2008? ( x )Sim ( ) Não
<b>Q. 2.</b> O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?  Acho muito importante, pois temos muitos alunos indígenas nas escolas que precisam se reconhecer e afirmar sua identidade. Além, disso podemos combater o racismo e à discriminação que a maioria da sociedade tem em relação à estes povos.
<b>Q. 3.</b> Nas turmas que você trabalha, tem alunos indígenas? ( x ) Sim ( ) Não
<b>Q. 4.</b> A temática indígena aparece no livro didático usado na sua escola?  Sim ( ) Não( x )
<b>Q. 5.</b> Sente falta de uma formação específica? ( x ) Sim ( ) Não
<b>Q. 6.</b> Você aborda a temática indígena? ( x ) Sim ( ) Não  Se Sim:
<b>Q. 7.</b> Como você aborda a temática indígena?  Falando da importância destes povos para formação da sociedade brasileira e, retrato, a resistência das lutas indígenas ao longo dos anos, a demarcação de terras indígenas e a interpretação da dinâmica territorial destes povos.

Se Não:

**Q. 8.** Por que você não trabalha essa temática?

**Q. 9.** Em que momento do ano letivo é abordado essa temática?

Geralmente, abordamos no 3º e 4º período.

**Professor 1**

<b>PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – PROFESSOR</b>
<b>Q. 1.</b> Qual é a sua idade: 54
<b>Q. 2.</b> Sexo: ( X ) F ( ) M
<b>Q. 3.</b> Quanto tempo de docência? 27 anos
<b>Q. 4.</b> Qual é a sua formação e a sua atuação atual?  Formação em história  Atuação professora
<b>Q. 5.</b> Qual matéria ministra? História
<b>PARTE 2: Objeto de estudo</b>
<b>Q. 1.</b> Conhece a lei 11.645/2008? ( x ) Sim ( ) Não
<b>Q. 2.</b> O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?

E importante trabalhar sobre os povos indígenas e cultura afro brasileira, porém ainda é pouca a abordagem sobre esses conteúdos.

**Q. 3.** Nas turmas que você trabalha, tem alunos indígenas? (  ) Sim (  ) Não

**Q. 4.** A temática indígena aparece no livro didático usado na sua escola?

Sim (  ) Não (  )

**Q. 5.** Sente falta de uma formação específica? (  ) Sim (  ) Não

**Q. 6.** Você aborda a temática indígena? (  ) Sim (  ) Não

Se Sim:

**Q. 7.** Como você aborda a temática indígena?

Trabalho com história Antiga, a questão indígena é abordada poucas vezes no livro de História do sexto ano, mesmo assim eu procuro fazer uma abordagem sobre a importância da cultura indígena. Tratando mais especificamente sociedades indígenas da Mesoamérica e dos Andes. Nesse momento faz-se a abordagem sobre a cultura e importância dos povos indígenas da nossa região.

Se Não:

**Q. 8.** Por que você não trabalha essa temática?

**Q. 9.** Em que momento do ano letivo é abordado essa temática? No segundo período

**Professor 2**

### QUESTIONÁRIO

#### PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – PROFESSOR

Q. 1. Qual é a sua idade: 45

Q. 2. Sexo:  F ( ) M

Q. 3. Quanto tempo de docência?

Q. 4. Qual é a sua formação e a sua atuação atual?

Licenciatura em Geografia e pós graduada em metodologia do ensino de História e Geografia.

Q. 5. Qual matéria ministra?

Geografia

#### PARTE 2: Objeto de estudo

Q. 1. Conhece a lei 11.645/2008?  Sim ( ) Não

Q. 2. O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?

Uma abordagem necessária, visto que a formação do nosso território é muito miscigenada.

Q. 3. Nas turmas que você trabalha, tem alunos indígenas?  Sim ( ) Não

Q. 4. A temática indígena aparece no livro didático usado na sua escola?

Sim

Sim  Não ( )

Q. 5. Sente falta de uma formação específica? ( ) Sim  Não

Q. 6. Você aborda a temática indígena?  Sim ( ) Não

Se Sim:

Q. 7. Como você aborda a temática indígena?

Abordo através de documentários, leituras de textos, aulas dialogadas, entre outros.

Se Não:

Q. 8. Por que você não trabalha essa temática?

Q. 9. Em que momento do ano letivo é abordado essa temática?

#### PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – PROFESSOR

Q. 1. Qual é a sua idade:

50 ANOS DE IDADE

Q. 2. Sexo: ( ) F  M

Q. 3. Quanto tempo de docência?

25 ANOS

Q. 4. Qual é a sua formação e a sua atuação atual?

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA + HISTÓRIA

Q. 5. Qual matéria ministra?

DISCIPLINAS MINISTRADAS  
HISTÓRIA/EDUCAÇÃO FÍSICA

#### PARTE 2: Objeto de estudo

Q. 1. Conhece a lei 11.645/2008?  Sim ( ) Não

Q. 2. O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?

QUE É UM TEMA MUITO IMPORTANTE E ESSENCIAL PARA O CONHECIMENTO TEÓRICO, HISTÓRICO, CULTURAL E CIENTÍFICO DOS POVOS INDEGENAS.

Q. 3. Nas turmas que você trabalha, tem alunos indígenas?  Sim ( ) Não

Q. 4. A temática indígena aparece no livro didático usado na sua escola?

EM ALGUNS SIM, PRINCIPALMENTE HISTÓRIA

Sim  Não ( )

Q. 5. Sente falta de uma formação específica?  Sim ( ) Não

Q. 6. Você aborda a temática indígena?  Sim ( ) Não

Se Sim:

Q. 7. Como você aborda a temática indígena?

MAS ALÉM DE HISTÓRIA, SOBRE O CONHECIMENTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA CIDADE DE GRAJALI, QUE ERA HABITADA POR POVOS INDEGENAS E NOS LIVROS DE HISTÓRIA SOBRE O DESCOBRIMENTO DO BRASIL, O PERÍODO COLONIAL, O PRIMEIRO E O SEGUNDO REINADO QUE ABORDAM QUESTÕES RELACIONADAS AOS POVOS INDEGENAS DA ÉPOCA.

Se Não:

Q. 8. Por que você não trabalha essa temática?

Q. 9. Em que momento do ano letivo é abordado essa temática?

EM PERÍODOS DIVERSIFICADOS COMO NO MÊS QUE COMEMORA O DIA DOS POVOS INDEGENAS E EM OUTROS MESES DO ANO DE ACORDO COM A SÉRIE E A DISCIPLINA MINISTRADA.

## APÊNDICES

<b>PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – PROFESSOR</b>
<b>Q. 1.</b> Qual é a sua idade:
<b>Q. 2.</b> Sexo: ( ) F ( ) M
<b>Q. 3.</b> Quanto tempo de docência?
<b>Q. 4.</b> Qual é a sua formação e a sua atuação atual?
<b>Q. 5.</b> Qual matéria ministra?
<b>PARTE 2: Objeto de estudo</b>
<b>Q. 1.</b> Conhece a lei 11.645/2008? ( ) Sim ( ) Não
<b>Q. 2.</b> O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?
<b>Q. 3.</b> Nas turmas que você trabalha, tem alunos indígenas? ( ) Sim ( ) Não
<b>Q. 4.</b> A temática indígena aparece no livro didático usado na sua escola? Sim ( ) Não( )
<b>Q. 5.</b> Sente falta de uma formação específica? ( ) Sim ( ) Não
<b>Q. 6.</b> Você aborda a temática indígena? ( ) Sim ( ) Não Se Sim:
<b>Q. 7.</b> Como você aborda a temática indígena?

Se Não:

**Q. 8.** Por que você não trabalha essa temática?

**Q. 9.** Em que momento do ano letivo é abordado essa temática?

<b>PARTE 1: PERFIL DO USUÁRIO – COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA</b>
--

<b>Q. 1.</b> Qual é a sua idade:
----------------------------------

<b>Q. 2.</b> Sexo: ( ) F ( ) M
--------------------------------

<b>Q. 3.</b> Qual é a sua formação e a sua atuação atual?
---

<b>PARTE 2: OBJETO DE ESTUDO</b>
----------------------------------

<b>Q. 1.</b> Como a escola percebe a aplicação da lei 11/645?
---

<b>Q. 2.</b> O que pensa em relação a abordagem da temática indígena na sala de aula?
---

<b>Q. 3.</b> A temática indígena aparece no livro didático usado na escola?
---

Sim ( ) Não ( )

<b>Q. 4.</b> Em que momento do ano letivo é abordado essa temática?
---